

# **REFORMA AGRARIA**

## **REFORMA AGRARIA E PROBLEMAS CAMPONESE**

Manuel Correia de Andrade

### **01.-Introdução**

Ao elaborarmos este texto sobre a problemática agrária da América Latina, atendendo a um convite dos organizadores do II Encontro, não tivemos a intenção de fazer uma análise desse problema, bem diversificados e, curtos, bem conhecidos pelos colegas que aqui se reúnem, no que diz respeito aos seus próprios países.

Tendo um conhecimento sucinto de América Latina e da sua problemática, aceitamos o desafio com o objetivo de levantar problemas gerais ou ensejar discussões, reflexões e tomadas de posições; a oportunidade de trocarmos conhecimentos e experiências. Assim, este texto é apresentado com a finalidade de gerar dúvidas, reflexões e contestações, a fim de que cada um de nós seja do: Encontro do Montevideo melhor refletir sobre os caminhos a tomar e as perspectivas que se oferecem a cada país em particular e ao continente como um todo.

### **02.- A questão agrária na América Latina**

A América Latina, face às suas dimensões territoriais, às diversificações climáticas, topográficas e pedológicas, assim como à diversidade de níveis de desenvolvimento das populações pré-colombianas e dos sistemas de exploração colonial, apresenta um grau de contraste; em contraposição, porém, apresenta um leque de problemas semelhantes.

Entre as semelhantes existentes, temos a dependência que sofre da parte dos países industrializados, ditos desenvolvimento, e grande concentração de riqueza em mãos de uma oligarquia e de uma burguesia, ligadas aos interesses estrangeiros, e uma pobreza generalizada, que atinge a maior parte da população que vive nos campos e nas cidades. O controle do poder político só encontra, na maioria dos países latino-americanos, em mãos de um grupo dominante que mantém o sistema de exploração, alternando períodos em que exerce o poder de forma ditatorial e outros em que deixa funcionar uma democracia mitigada, sob controle.

As alianças externas, mantidas por este grupo, dão grande importância à produção para o mercado externo, mantendo um mercado interno pouco expressivo, face, em alguns delas é pequena população, e em outros ao baixo nível de poder aquisitivo de mesma.

Na maioria absoluta dos países latino- América observa-se, quanto à estrutura fundiária, o domínio de grande propriedade, do latifúndio, sistema que resultou da forma de apropriação utilizada pelos colonizadores europeus, ao fazerem a conquista do continente. Nessa conquista eles se apropriaram dos melhores terras indígenas, utilizando a força de trabalho nativo, gracom a escravização pura e simples, era com os sistemas de “encomiendas”.

Aos colonos ricos, descendentes dos comerciantes de Península Ibérica, era concedida a posse da terra indígena, utilizando a força de trabalho nativa su africana, importada, produzissem os antigos de exportação, demandadas no mercado europeu.

Os indígenas dariam uma grande contribuição à produção e à formação da população, naquelas áreas em que apresentavam maior densidade e em que já haviam atingido um nível de civilização maios elevado. Daí a importância de sua presença em países como e México, a Guatemala, a Colômbia, e Equador, a Peru, a Bolívia e Paraguai. Nas Antillas, eles foram praticamente dizimades e substituídos por asoraves africanos e depois por migrantes chineses, indonésios e indianos. Nos países onde a população indígena era numerosa, mas a densidade demográfica a e nível de desenvolvimento eram baixes, ela foi em grande parte dizimado ou afastada para áreas de difícil aceso-caso do Brasil-; haja, esses indígena procuram se organizar para defender o pouco de ainda lhes resta de que feia o seu território, e a cultura que mantêm (1).

Poucas são as áreas, consideradas mais pobres durante o período colonial, onde o pequena propriedade tem alguma expressão, como ocorre na Costa Rica (2). A política de povoamento, desenvolvia no século XIX pelos países latino-americanos, de atração de emigrantes europeus pare a formação de colônias agrícolas, deu origem a áreas em que o latifundio é pouco expressivo, havendo o domínio de pequenas e médios propriedades. No Brasil, destacam-se as áreas de colônias dos estados de Santa Catarina e Rio do Sul.

### **03.-O latifundio a o poder político**

O latifundio e o comércio de exportação a ele ligado, moldarem a estrutura social latino-americana desde o período colonial (3), provocando a formação de grandes propriedades dedicadas à pecuária ou è agricultura comercial de cana de açúcar, de algodão, do cacau, do café, etc.... As áreas produtoras tiveram o seu espaço organizado em função de comércio internacional e foram privilegiadas com construção de portos e de estradas de penetração que facilitavam o escoamento de produção. Nelas se instalaram os trabalhadores importados ou os nativos, que foram explorados pelas elites proprietárias. O desenvolvimento da tecnologia acentuou e domínio do latifundio, não só pela intensificação do uso da matéria prima-os Frigoríficos, por exemplo, intensificaram socriação de

bovinos, visando exportação de carne na Argentina, no Uruguai e no Sul de Brasil-, como pelo desenvolvimento da cultura de produtos peracíveis para mercados distantes. O exemplo mais significativo foi o desenvolvimento de cultura de produtos peracíveis para mercados distantes. O exemplo mais significativo foi desenvolvimento da cultura da banana na América Central, em função do mercado norte-americano. A United Fruit, construiu portos e ferrovias e controlou os governos nesses países (4).

Hoje, se observa um processo de modernização que permite diferenciar o chamado latifundio tradicional, do latifundio moderno. O latifundio tradicional seria a grande propriedade subutilizada a controlada por pessoas físicas, geralmente de origem oligárquica, que fazem uma exploração por métodos tradicionais e utilizam a força de trabalho de lãs dependente, tonta por razões econômicos como sociais. Assim, o trabalhador, neste tipo de latifundio, não é um assalariado, mas um homen de campo que ocupa uma porção de terra, explorado diretamente por ele, com o auxílio da família, e onde produz os alimentos de que necessito a um excedente para comércio, pagando ao proprietário, de forma variable, o arrendamento de terra, seja um certo número de dias do serviço por semana, uno nos períodos em que há uma demanda maior do trabalho, fornecendo uma parte de sua produção, a mula ou a terça.

O domínio de proprietário so exerce a través de um sistema patriarcal no qual ele dispensa uma verdadeira total so trabalho, intervindo em suas relações familiares, na sua vida a no controla do sou voto, por ocasião das eleições.

O latifundio moderno é capitalista, controlado era por grandes empresas transnacionais ora por empresários modernos, oriundos também de própria oligarquia fundiária ou de burguesia enriquecida no comércio e na indústria.

Nos países latino-americanos, onde a inflação elevando é uma tónica, o aplicação de capitais em propriedades é alternamente ventajosa, em face de valorização constante de terra a dos incentivos concedidos pela legislação, que isenta de Imposta de Renda os capitais empregados na agricultura.

Nas áreas em povoamento, como a Amazônia, as terras públicas são oferecidas a preços irrisórios às empresas capitalistas, que as ocupam com a pecuária extensiva, recebendo para isto subsídios governamentais. A expansão do latifundio moderno, em áreas como a Amazônia brasileira, está provocando a destruição da floresta, sem um aproveitamento racional de madeira existente, e provocando a degradação dos solos que, sem a cobertura florestal, ficam expostos aos agentes meteorológicos, sofrendo a erosão química a mecânica.

A grande empresa se aposta das terras, desapropriando, muitas vezes, indígenas ou posseiros que já as exploravam; derrubam a vegetação existente, por processos técnicos eficientes, mas profundamente destrutivos, a semeiam gramíneas, a fim de localizarem algumas cabeças de gado, afirmando a posse.

Ou indígenas e os posseiros, sem condições de recorrerem aos poderes públicos, indiferentes à sua sorte, se assalariam aos novos proprietários ou migram para áreas ainda mais distantes dos meios de transporte e comunicação, ou são assassinados. O número de mortes de trabalhadores rurais, é alarmante, como pode ser comprovado pela leitura de documentos (5) e dos noticiários da imprensa. As nações indígenas tentam organizar-se com o auxílio de igrejas e de movimentos ecológicos e sociais, mas vêm sendo destruídos, impiedosamente, com o avanço das estradas, da "civilização", por suas terras. Os posseiros, também, fungindo à dominação capitalista, abandonam o próprio país, procurando abrigo nos países vizinhos, como ocorre atualmente com os sarginheiros acreanos do Brasil que, ecossados pelos pecuaristas, se transformam para o departamento de Pando, na Bolívia, criando, muitas vezes, problemas internacionais.

Em alguns países latino-americanos onde as comunidades indígenas são mais numerosas e organizadas e onde preservaram parte de suas terras, desde os períodos coloniais, há um forte contraste entre a agricultura por elas desenvolvida, usando processos tradicionais e com difícil acesso ao crédito, e a dos latifúndios modernos que, dispõe de tecnologia e de crédito, fazem um aproveitamento mais racional das terras que controlam.

É natural que dispõe de melhores terras, e usando insumos de capital e alta tecnologia, o latifúndio apresenta uma produtividade muito superior e das áreas indígenas; este fato vem servindo de argumento, por parte dos estudiosos comprometidos com o sistema, em favor da grande propriedade. Há, de fato, um contraste muito grande, por exemplo, entre a agricultura das áreas irrigadas e cultivadas com algodão, cana-de-açúcar e fruteiras, no deserto costeiro peruano as culturas indígenas feitas na cordilheira (5); é preciso ver, porém, as condições em que uma e outra são feitas, no que diz respeito ao crédito fácil, à garantia da comercialização, emprego de adubos e tantas outras medidas que protegem a grande propriedade.

A expansão do latifúndio moderno e a introdução de técnicas modernas vêm aonde feitas em benefício apenas da classe dominante, destruindo o sistema camponês de produção para autoconsumo, com venda do excedente, substituindo-o pelo trabalho assalariado, com pagamentos que não atendem nem mesmo às necessidades mínimas do trabalhador e de sua família.

O uso de técnicas novas, como a mecanização da força de trabalho e provocando o desemprego em massa.

Os desempregados, sem outra alternativa sonham a migração, partem para as cidades e vilas, onde não encontraram trabalho, em virtude de falta de qualificação Profissional. É difícil ao trabalhador rural, ao camponês, adquirir habilitação para o trabalho na indústria ou nos serviços, ou adaptar-se aos trabalhos urbanos.

Os governos não vêm desenvolvendo uma política de assistência a esses trabalhadores expulsos do campo, com a formação de mão de obra e o incentivo e assimilação de novos hábitos e costumes; daí serem todas as grandes e médias cidades da América Latina rodeadas por habitações pobres, feitas com materiais rejeitados pela população urbana, formando bairros com as mínimas condições de higiene, as chamadas zonas de mocambos, ora de favelas, ora de variedades ou de vilas- miséria, etc.

Além de descaracterização física das cidades, este crescimento “petrológico”, irregular, provoca problemas de higiene e saúde pública, de abastecimento e de segurança, e a questão urbana na América Latina não será resolvida se não for precedida de uma reforma agrária que traga modificações substanciais às estruturas existentes e dê direção à modernização capitalista, em processamento.

#### **04.- Políticas de Reforma Agrária**

A discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária é constante na América Latina, no século XX, sobre todo devido das conquistas feitas pela Revolução Mexicana. Mas, a oligarquia e a burguesia que a princípio temeram a reforma agrária, sobre todo porque no México não houve uma revolução que abalou os alicerces do poder, com o tempo assimilaram e organizaram um modelo que atendesse aos seus interesses e freasse a tendência revolucionária dos camponeses.

Durante um longo período se defendeu a necessidade de uma reforma agrária; foram feitas leis e aprovadas leis que a efetivassem e foram criados institutos que se encarregariam de desenvolver a política agrária. A força em favor do movimento tinha poder de pressão porque, até o meado do século XX, a população rural era superior à urbana, nos países da América Latina. Hoje, os conservadores reciclados, atendendo que a população, vêm afirmando que a reforma agrária não é necessária, uma vez que a população urbana é mais expressiva que a rural vem caindo percentualmente no total da população, vêm afirmando que a reforma agrária não querem ver que a pobreza urbana, que salta aos olhos de todos, é uma consequência de falta de uma melhor distribuição de terra no campo; esquecem também que os pequenos produtores

podem atuar em um sistema de mercado, concorrendo, em uma economia de escala, com a grande propriedade, a través de uma exploração cooperativista ou coletivista. O México e Cuba têm experiência a respeito.

Podemos admitir que, na América Latina, ocorreram reformas revolucionárias, nem sempre com sucesso, ao lado de projetos de reformas conservadoras.

O caso mais famoso é o do México, onde uma revolução, em grande parte camponesa, pôs fim ao governo de Porfírio Dias e realizou uma série de desapropriações de latifúndios e a formação de unidades de exploração coletivas ou cooperativas, os ejidos (7). O processo, iniciado em 1910, foi lento, tendo maior dinamicidade em alguns governos do que em outros, o que dificultou a sua realização plena e permitiu que a burguesia passasse a explorar, com irrigação e uso intensivo de capitais, as terras situadas ao norte, em áreas desérticas. Naquelas áreas de planalto, desamontado povoadas tradicionalmente exploradas pelas grandes fazendas (8), a reforma agrária não acertou uma intensa modernização agrícola, fazendo com que numerosos ejidos sobrevivessem em situação precária (9). A institucionalização do partido para que a revolução tenha sido freada, como ocorreu em todas as grandes revoluções (10). As forças da reação são melhor organizadas do que as forças populares, dispõem de mais recursos e conhecimentos e, quando vencidas nos primeiros embates, têm condições de se reagrupar e de frear o impulso revolucionário.

Uma outra revolução agrária ocorreria também na Bolívia, quando Victor Paz Estensoro assumiu o poder pela primeira vez, em consequência de uma revolução que derrotou o exército boliviano. Com o apoio de camponeses e operários, o astuto político boliviano desenvolveu um discurso revolucionário, dissolveu as forças armadas, desapropriou as minas de estanho, até então controladas pela "rosca", e fez a distribuição das terras com as comunidades camponesas (11). Parecia que a Bolívia seguiria novos caminhos, mas a sua situação de país pobre, dependente das exportações das matérias primas, o seu isolamento geográfico, de país central, e a pressão imperialista, levaram o Presidente a recuar no seu discurso revolucionário; e a reforma agrária não provocou as transformações esperadas. Ainda hoje, apesar de governada pelo velho líder do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o problema agrário boliviano continua agudo.

Ná década de Sessenta, ocorreria a Revolução Cubana, que seria um marco na história de América Latina. Iniciada como uma revolta agrária, nos fins dos anos Cinquenta, Fidel Castro, com apoio camponês, organizou uma guerra de guerrilha e, após anos de luta, derrotou o bem organizado exército de Batista e ocupou Havana. A princípio timidamente e depois de comissários marse-jo, o governo

cubano realizou uma reforma que contrariou os interesses das grandes empresas americanas, proprietários de “engenhos” em Cuba e controladoras do mercado de açúcar nos Estados Unidos.

A audaciosa medida colocou Castro em choque com a maior potência do continente, que lhe fez as mais severas retaliações, levando o governo cubano a se radicalizar e a adotar o sistema socialista. Tratava-se, assim, da primeira reforma agrária, declaradamente socialista, realizada na América. A transformação dos latifúndios em “granjas do povo”, o estímulo à exploração cooperativista, a preocupação com o abastecimento demarcado interno, diante do bloqueio americano, e a organização do açúcar da cana para a União Soviética e outros países socialistas, trouxeram grandes transformações na agricultura cubana (12).

Na década de Setenta, nova surpresa na América Central, uma das áreas mais tensas de América Latina, quando os sandinistas conseguiram derrubar o governo de Somoza e realizar uma reforma agrária, a partir da distribuição das terras da família do ex-Ditador. Alertados com o exemplo de Cuba e temerosos de formação de um novo país socialista nessa parte da América, os Estados Unidos trataram de armar e treinar os “contras”, um grupo formado por antigos soldados de Guarda Nacional de Somoza e por dissidentes da Revolução Sandinista, mantendo uma guerra que se prolonga há anos, contando com o apoio de governos dos países vizinhos, que temem que o exemplo sandinista se propague pela América Central (13). A repressão ao sandinismo não foi fácil, como foi na Guatemala, em 1954, quando a reforma agrária de Jacob Arbenz provou uma rápida intervenção estrangeira e a deposição do presidente, ou em El Salvador, onde uma guerra civil vem se prolongando por vários anos.

É cedo, porém, para se concluir sobre a reforma sandinista, face à pressão internacional, americana, e à pressão interna, dos setores mais conservadores, que se aliaram aos revolucionários para derribar Somoza, esperando controlar o poder, a que foram derrotados pelos setores revolucionários de movimento sandinista.

An lado das reformas agrárias mencionadas, feitas a partir de movimentos revolucionários que conseguiram a conquista de poder, ocorrem, nos demais países latino-americanos, movimentos em favor da reforma agrária, idealizados e controlados pelos governos populistas, democrata-cristãos e sociais-democráticos, que não desejam atenuar as tensões e choques existentes, mantendo a velha estrutura de dominação variada de um para outro e órgãos internacionais realizam estudos à procura de soluções, não revolucionárias, para a América Latina.

Além de casos mais agudos, como os de Guatemala e do El Salvador, temos projetos de reforma agrária na Venezuela, onde os

partidos social-democratas e o democrata-cristão se revezam no poder; no equador, onde a pressão das comunidades indígenas é muito forte; no Peru, onde se executou projetos de colonização em governos da Ação Popular (Bolaunda Terra), de APRA e dos militares; no Chile, onde o Partido Democrata Cristão iniciou um processo de reforma agrária –governo de Eduardo Frei- que foi continuado e acentuado pelo Frente Popular –governo de Salvador Allende- e interrompido pela ditadura do Gen. Pinochet. Em geral, os projetos agrária defendidos por partidos ligados à Democracia Cristã e à Social Democracia, partem de uma análise da realidade agrária e de aplicação de um modelo que permite a desapropriação dos latifúndios com indenização, em dinheiro ou em títulos de dívida pública, e a distribuição de lotes a pequenos e médios agricultores. O processo é muito lento, já que os governos não dispõem de recursos para a desapropriação e assentamento dos “parcelários”. O latifúndio, atacando de forma suave, se organiza, se implanta em áreas mais distantes, que passam a ser servidas por novas estradas, consegue subsídios governamentais e se recompõe, transformando o processo de reforma agrária em uma política localizada e limitada de colonização. Estes projetos vêm contribuindo, assim, muito mais para a modernização e consolidação e realização de uma verdadeira reforma agrária.

## **05.- O caso do Brasil**

A luta por uma reforma agrária no Brasil se desenvolveu sobretudo na segunda metade do século XX, quando as relações capitalistas passaram a se consolidar e a se expandir no campo, destruindo as relações de trabalho consagradas por séculos de uso. É que, a partir da década de Cinquenta, foi construída no Brasil, uma verdadeira rede ferroviária que valorizou consideravelmente a terra, mesmo quando situada a grandes distâncias dos centros urbanos mais importantes. Com esta política se procedeu à expansão de cultura de novos produtos, como a soja e o trigo, e se tentou racionalizar a pecuária bovina.

A expansão capitalista, valorizando as terras e intensificando o uso de insumos de capital, fez com que os proprietários passassem a se interessar pela exploração direta de propriedade e a negar aos trabalhadores sem terras o direito de usá-las; estes, desapropriados, se organizaram em associações as Ligas Camponesas –(14) e em seguida em sindicatos rurais, que passaram a lutar pelo direito à posse e uso de terra ou pela extensão ao campo do direito à posse e uso da terra ou pela extensão ao campo dos direitos da legislação trabalhista.

A burguesia optou pela segunda proposta e fez aprovar, pelo Parlamento, o Estatuto de Trabalhador Rural (1953), que visava generalizar o uso das relações capitalistas de produção, na agricultura. Nas áreas mais dinâmicas, porém, a pressão pela



propriedade da terra era muito forte e punha em risco o poder dos proprietários. Numerosas propostas de implantação de projetos de colonização, com pequenas propriedades familiares, foram feitas, sem obterem sucesso.

O receio de mudanças na estrutura da sociedade, levou os setores conservadores e as forças armadas a deporem o governo popular e a implantar um sistema autoritário que dominou o país por mais de vinte anos.

O primeiro presidente militar, Castelo Branco, fez aprovar pelo Parlamento, um Estatuto de Terra, que se apresentava como progressista, dentro das condições políticas vigentes. O estatuto previa a desapropriação, com títulos de dívida agrária, o estabelecimento de módulos para dimensionar os minifúndios, as empresas rurais e os latifúndios por exploração e por dimensão, a organização de cooperativas de reforma agrária, etc. O movimento camponês, a princípio reprimido durante o governo, conseguiu se reorganizar, em termos de sindicatos assistencialistas, com apoio da Igreja, e a agrupar os trabalhadores rurais, que passaram a gozar de decretos diretos, como aposentadoria, férias, repouso remunerado, assistência da previdência social. Etc.

À proporção que o regime autoritário foi enfraquecendo, já na segunda metade da década de 1960, os sindicatos rurais foram se conscientizando e passando de uma política assistencialista para uma política de reivindicações. Passaram a lutar por uma reforma agrária que ao menos concretizasse os direitos consagrados pelo Estatuto da Terra. A Igreja, sobretudo em sua ala progressista, também se realizou e deu grande apoio ao movimento dos trabalhadores rurais. Com a abertura política, o novo presidente, Tancredo Neves, criou um Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária, entregando o mesmo a um político ligado à Igreja. A morte de Tancredo, porém, levou à presidência o vice-presidente, que havia apoiado o regime militar durante toda sua estadia e que estava, naturalmente, ligado aos interesses dos latifundiários. O ministério foi enfraquecido por falta de verbas e surgiram atritos entre o mesmo e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que impediram a aplicação de um Plano de Reforma Agrária, idealizado pelos técnicos da ABRA (Associação Brasileira da Reforma Agrária). A luta continuou, mas seus partidários foram perdendo terreno até o advento da Assembleia Constituinte.

A chamada Nova República que sucedeu aos militares no poder, não conseguiu conter a tensão no campo e a impedir a matança de camponeses, sobretudo padres e advogados (15); estimulando uma política de ocupação de Amazônia e do Brasil Central, provocou a desapropriação de numerosas nações indígenas, nações que vêm

perdendo o controle da terra e que tendem a ser destruídas, quer pela morte física quer pela aculturação.

Na Constituinte de 1987/88, os partidários da reforma agrária sofreram um grande revés, de vez que os proprietários mais conservadores, organizados na UDR- União Democrática Ruralista-, dispõe de capital desenvolvendo a cooptação dos pequenos proprietários, fizeram uma forte pressão sobre a Assembleia Constituinte e impediram a aprovação das principais reivindicações de Confederação dos Trabalhadores Rurais.

O poder de pressão dos trabalhadores, foi fraco, de vez que eles não dispunham de recursos que permitissem uma mobilização mais intensa dos camponeses em terra; por isso a nova Constituição, promulgada em 6 de outubro de 1988, não representa um avanço sobre o velho Estatuto de Terra.

Em seu art. 184, ele permite a desapropriação das terras que não estejam cumprindo a sua função social, com indenização em títulos de dívida pública, mas estabelece para estes títulos a cláusula de preservação de valor real e que as benfeitorias sejam pagas em dinheiro.

O art.185, impede a desapropriação da pequena e média propriedades definidas em lei e da propriedade produtiva, determinando, em seu parágrafo único, que a lei dará tratamento espacial à mesma.

Sabendo-se o poder político dos grandes proprietários na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, é lógico que a grande propriedade será sempre a considerada produtiva, impedindo a sua desapropriação para efeito de reforma agrária. Também a "preservação do valor real dos títulos de dívida agrária" torna muitas vezes a desapropriação um alto negócio para o grande proprietário desapropriado. Desse modo, a Constituição, esperada como a salvação para a grande maioria do povo brasileiro, dificultou mais ainda a realização de uma reforma agrária que realmente trouxesse uma contribuição à transformação de estrutura social dominante.

## **BIBLIOGRAFIA**

- (1) Suess, Paulo -Em Defesa dos Povos Indígenas. Edições Loyola. São Paulo. 1980 ou Martins, Editores. Nosses Cortos. Pesquis Rio de Janeiro, 1953.
- (2) Gamboa, G. Francisco -Costa Rica. De la Filibuste au Pentagone. Edicions Sociales. Paris, 1973 a Facio, Rodrigo -Estudio sobre a Economía Costariquense. Editorial Costa Rica, San Jose, 1972.
- (3) Bagu, Sérgio -Estrutura Social de la Colonia. Librería "El Ateneo" Editorial. Buenos Aires, 1952.

- (4) Kepner, Ch. D., Jr e Sunthill, J. H. –El Imperio del banano. Las Compañías bananeras contra la Soberanía de las Naciones del Caribe. Triangulo. Buenos Aires s/d.
- (5) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Torres – Assessorator na Campo. Crime e Inmunidade. 1964-1985. São Paulo, 1986.
- (6) Romero, Emilio –Geografía Econômica del Perú. Lima, 1986.
- (7) Herzog, Jesús Silve –El agrarismo Mexicano y la Reforma Agraria. Fondo de Cultura Economica, México, 1959; Nuñez, Lucio Mendlete. El Problema Agrário de México. 5ª edição. Editorial Porrúa. S.A. México, 1946; Worman, Arturo – Los campesinos. Hijos Predilectos del Regimen. Editorial Nuestro Tiempo. 7º edition. México, 1979.
- (8) Chevelier, François – La Formación de los Latifundios en México. Fondo de Cultura Economica. México, 1976.
- (9) Eckstein, Salomón – El Ejido Colectivo en México, 1966.
- (10) Casanova, Pablo Gonzales. La Democracia en México. 2ª edition. Editions Era, México, 1967.
- (11) Gamurcio, Mariano Baptista – História Contemporanea de Bolivia.1930-76. La Paz, 197.
- (12) Noyla, Juan F. –La Economía Cubana emnos Primeiros Años de la Revolución. Siglo Veintiuno. México, 1978 o Auroi, Claude –La Nouvelle Agricultura Cubaine. Editions Antrhopos. Paris, 1975.
- (13) Casaldáliga, Don Pedro – Nicaragua. Combate o Profecia. Vozas. Petropolis, 1986 e Weber, Honri – Nicaragua. La Revolucion Sendinista. François Maspero. Paris, 1981.
- (14) Andrade, Manuel Correia de –A Terra a o Homen na Nordeste. 5ª edição. Editora Atlas, São Paulo, 1986 e Latifundio e Reforma Agrária no Brasil. Duas Cidades. São Paulo, 1980.
- (15) Ferjado, Elias –Em Juadgamento. A Violencia no Campo. Vozes-Instituto de Apoio Juridico Popular –FASE. Petropolis, 1988.